



C.I.L. – Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa

Rua dos Douradores, nº 160 1100-207 LISBOA
Tel. 218818548-Fax: 218818555 - email: cil-coordenadora@portugalmail.pt
Telm. 965 019 017

As Comissões de Trabalhadores do Sector dos Transportes do Sector Empresarial do Estado reuniram este dia 7 de Maio de 2012.

As Comissões de Trabalhadores do Sector dos Transportes do Sector Empresarial do Estado reuniram este dia 7 de Maio para discutirem os problemas que enfrentam estas empresas, os seus trabalhadores e as suas ORT's..

Das conclusões tiradas, queremos destacar o seguinte:

1. Prosseguem as sucessivas violações à lei por parte do Governo e das Administrações. As violações mais destacadas prendem-se com a violação do direito dos trabalhadores ao controlo de gestão e com o direito de participação dos trabalhadores em processo de reestruturação.

- No que respeita ao Controlo de Gestão, realizando-se esta reunião em Maio, é significativo que as Administrações não tenham ainda dado uma cabal informação sobre as contas das nossas empresas em 2011 – apesar do muito que sobre elas se escreve em todo o lado. Este ocultar de informação - que viola a lei - tem por objectivo facilitar a política do governo assente na manipulação da realidade das nossas empresas, mas é igualmente a razão para o desperdício de milhões de euros gastos de forma totalmente opaca na compra de automóveis, na realização de festas, na edição de luxuosas e narcísicas publicações, etc..
- Os processos de reestruturação em curso estão todos eles a serem realizados sem a participação legalmente exigida dos trabalhadores. Aliás, muitas vezes são mesmo feitas mentindo aos trabalhadores e às CT's – como foi o caso do encerramento dos infantários da CP. Este comportamento é adoptado tanto pelo governo (por exemplo, avançou com um Decreto-Lei onde postula a extinção do Metro e da Carris sem qualquer audição das respectivas CT's) como pelas Administrações (a reestruturação da EMEF e da CP são exemplo disso mesmo). Da mesma forma, tem o Governo encarado os anunciados processos de privatização da TAP, da ANA e da CP Carga.
- Na CP, confrontada com a torrente avassaladora de ilegalidades e prepotências de toda a ordem que o conselho de administração está a fazer recair sobre os trabalhadores e os seus direitos, a Comissão de Trabalhadores viu-se forçada a recorrer às instâncias judiciais, na esperança de que funcione o estado de direito e conseguir pôr travão no desvario persecutório a que o governo da direita PSD/CDS está a dar rédea solta. A administração e o governo decidiram fazer letra morta das disposições legais que concedem às comissões de trabalhadores no controlo de actos de gestão das empresas. A CT tentou, contra a Empresa, ação judicial junto do Tribunal do Trabalho de Lisboa, com vista a obter a nulidade de todos os atos praticados pela empresa no âmbito do processo de reestruturação, com fundamento, por um lado, no facto da CP não ter permitido, nos termos da lei, a participação da Comissão de Trabalhadores no processo de reestruturação e, por outro lado, na inconstitucionalidade das medidas decididas pelo CA. Com esta ação judicial pretende-se, entre outras coisas, que a empresa seja condenada a devolver aos trabalhadores o dinheiro relativo aos cortes salariais e ao congelamento da progressão nas carreiras e nível remuneratório, bem como obstar ao encerramento dos infantários.

2. Prosseguem os roubos sucessivos aos trabalhadores, e com particular gravidade aos trabalhadores das empresas públicas. Esta prática traduziu-se em 2011 num roubo de cerca de 15% dos nossos salários e traduzir-se-á em 2012 num roubo de cerca de 30%.

- Os dados já conhecidos das contas de 2011 das Empresas Públicas permitem-nos desde já colocar algumas questões muito pertinentes. A primeira, é para onde foi o dinheiro que nos roubaram nos salários e outras prestações do trabalho em 2011? Para onde foram os 24 milhões de euros de redução da massa salarial na TAP? Ou os 16,6 Milhões (19,9%!!!) de redução da massa salarial na Carris? Ou os 19,1% de redução da massa salarial no Grupo ANA? E os milhões roubados aos trabalhadores da NAV, do Metro, da CP, da CP Carga, da EMEF, da Refer, da Soflusa, da Transtejo e da Sata? Foram para o mesmo sítio onde foi tudo o que está a ser roubado aos trabalhadores portugueses - para a banca e para a especulação. É que apesar do roubo aos trabalhadores ser brutal, mais brutal ainda é o facto desse roubo ser menor que o crescimento das prestações pagas pelo conjunto das empresas públicas à banca a título de juros (Só na Carris (*de 30 para 50 Milhões*), ANA (*de 14 para 16 Milhões*) e Metro do Porto (*de 89 para 136 Milhões*) o dízimo à banca já cresceu 69 milhões de euros num ano (*atingindo o valor de 202 Milhões de euros em juros só nestas três Empresas*), quando forem públicas as contas da CP, da Refer e do Metro, ver-se-á que esse aumento ultrapassa os 150 milhões de euros!)
- A realidade das Empresas do SEE é que gastam mais em juros que em salários, e que todo o muito que está a ser roubado em salários não chega para cobrir o aumento desses juros. Ou seja, as nossas Empresas, como o país, estão a ser pilhadas pela Banca e pela especulação!
- Multiplicam-se as declarações dos diversos ministros e economistas que estendem estes roubos sucessivamente, incluindo alguns bem informados que dizem que estes serão permanentes. É triste que o Tribunal Constitucional, para conseguir fingir que está a cumprir a Constituição, seja a única entidade que afirma acreditar que estes cortes serão excepcionais e limitados no tempo em vez de declarar a sua inconstitucionalidade e impor a devolução das verbas já roubadas!

3. Face a esta situação, as Comissões de Trabalhadores presentes nesta iniciativa, decidem:

- Apelar ao crescimento da luta contra o roubo brutal que TODOS os trabalhadores das empresas do SEE estão a ser vítimas. Basta de contribuir para a especulação financeira e para a banca! Não queremos ser excepção de coisa alguma, exigimos sim que o Governo cumpra as regras e nos sejam pagos os salários como connosco contratados.
- Afirmar a nossa disponibilidade para continuar a trabalhar em prol de Portugal e dos povo português, por quem estamos dispostos a todos os sacrifícios. Mas para que o possamos fazer, é preciso que o Governo pare com o processo de destruição das nossas empresas e de privatização dos seus sectores rentabilizáveis. Deixar que nos roubem para entregar o dinheiro aos especuladores enquanto destroem Portugal não seria fazer sacrifícios – seria sermos cúmplices da destruição de Portugal!
- Exigir do Tribunal Constitucional que faça cumprir a Constituição!
- Exigir do Governo da República que cumpra a lei e deixe de dar orientações às empresas para violarem a lei.
- Exigir do Governo da República que mude o sentido das suas opções políticas, abandone a política de privatizações que lhe tentam impôr, e aposte no desenvolvimento das Empresas Públicas.
- Apelar ao povo português para que não se deixe enganar pelas campanhas de intoxicação contra as empresas públicas. Essas campanhas são pagas por aqueles que querem ganhar milhões explorando mais um sector estratégico, como já fazem hoje com a electricidade, o

gás e os combustíveis!

- Apelar ao povo português que se junte a nós na luta contra a privatização destas empresas, em defesa de um sector aéreo nacional e em defesa dos transportes públicos de passageiros.
- Como instrumento para o esclarecimento, a mobilização e a organização dos trabalhadores e utentes, estas Comissões de Trabalhadores decidem da publicação conjunta de um Estudo sobre «A verdade sobre as Contas das Empresas Públicas de Transportes – O que andam a fazer com o dinheiro roubado aos trabalhadores e aos utentes!», a ser publicado quando forem públicas as contas de todas as empresas. Em anexo, deixamos-vos já alguns dados sobre as contas já publicadas da Carris e da ANA.

Anexo 1:

Contas da Carris 2011

As contas de 2011 da Carris confirmam tudo o que anteriormente denunciámos sobre o mal-chamado “Plano Estratégico de Transportes”. Se não vejamos:

1. A Carris reduz as suas despesas com pessoal de 83,55 Milhões para 66,89 Milhões, fruto de uma redução de 58,19 Milhões para 50,42 milhões em remunerações pagas aos seus trabalhadores. Consegue essa redução de despesas com pessoal por via do despedimento (passa de 1836 trabalhadores para 1738 trabalhadores) e por via da redução do preço pago pela força de trabalho. São 16,66 Milhões de Euros a menos com despesas de pessoal!
2. A Carris aumenta a sua receita de exploração fruto do brutal aumento no preço dos transportes. Assim, apesar de ter transportado menos 12 Milhões de passageiros (uma quebra de 5,2 %) a empresa tem um aumento de receita de 6,8%, passando de 78,8 para 84,2 Milhões de Euros. São 5,4 Milhões de Euros cobrados a mais (por um pior serviço e a menos utentes).
3. É assim que a Empresa apresenta um saldo de exploração positivo de 15 milhões de Euros! Dá prejuízo porque paga à banca uma renda crescente.
4. A Carris já pagara em 2010 a astronómica quantia de 30,4 Milhões de euros em juros. Pagou em 2011 um total de 51,3 Milhões de Euros. Mais 20,9 Milhões de euros!
5. Se fizermos as contas, e somarmos os 16,6 Milhões ROUBADOS ao trabalho, com os 5,4 Milhões ROUBADOS aos utentes, dá-nos um total de 21,9 Milhões. Dos quais 20,9 Milhões foram direitinhos para a banca no acréscimo de juros!

Anexo 2

Contas do Grupo ANA 2011

As já publicadas contas do Grupo ANA de 2011, permitem igualmente confirmar não só a dimensão do roubo que está a ser imposto aos trabalhadores destas empresas, as consequências recessivas dessa política para o país mas igualmente que se continua a criar uma dívida mesmo nas empresas lucrativas como é o caso da ANA, por opção dos próprios Governos.

1. A ANA S.A. (Empresa Pública!) regista uma saudável subida em todos os seus índices de produtividade. De 25,9 para 27,7 Milhões em passageiros, de 254,1 para 260,9 Mil aeronaves, de 338,8 para 352,0 Milhões de Euros de Volume de Negócio e de 58,6 para 72,3 Milhões de Euros nos Resultados líquidos.
2. Consegue todo este crescimento com menos trabalhadores (passam de 1157 para 1107) e com uma brutal redução dos custos com o pessoal de 19,09% passando dos 71,3 para os 57,6 Milhões de Euros, menos 13,6 Milhões, conseguidos muito à custa da diminuição das remunerações pagas (de 47,87 para 41,1 Milhões de Euros, ou seja, menos 14,1%!!!). Ao realizar mais trabalho com custos salariais muito inferiores, estamos perante uma brutal

intensificação da exploração destes trabalhadores.

3. Mas as contas da ANA dão-nos ainda outros dados importantes. A ANA S.A continua a aumentar a sua dívida, apesar dos resultados líquidos positivos. A Dívida cresceu de 473,4 Milhões de € (2009) para 496,3 Milhões de € (2010) para 514,5 Milhões de € (2011) face ao recurso a financiamentos (nomeadamente junto do BEI) para investimentos nas infraestruturas aeroportuárias, num quadro em que o Estado português não comparticipa em nada para esse investimento. Investimento que foi, recorde-se, de 153,7 Milhões de € (2009), de 127,4 Milhões de € (2010) e 95,1 Milhões de € (2011). Regista-se que se mantêm a orientação dos sucessivos Governos para que as empresas públicas continuem a recorrer ao crédito para o investimento em infraestruturas (apesar de o PET até postular em sentido inverso).
4. Daqui, dois dados importantes para a luta contra as privatizações. Que a Empresa Pública ANA continua a realizar um enorme investimento em infraestruturas sem qualquer custo para o Estado (que amanhã teria de o pagar com língua de palmo se a ANA fosse privada, veja-se o triste exemplo das PPP's). Que o Estado continua a impor – mesmo numa empresa lucrativa – a opção do aumento sistemático da sua dívida, que podia perfeitamente não existir com outra opção de gestão pública – e que amanhã, numa qualquer opção de propaganda contra o carácter público da ANA, será a dívida que será lembrada e não os valores muito superiores transferidos para o Estado (e poupados a este) a cada ano.

Anexo 3

As Contas de 2011 da Metro do Porto

As Contas de 2011 da Empresa Pública Metro do Porto continuam a ser um bom exemplo das verdadeiras razões da actual situação económica do país e de para onde este caminha. Lembramos que a exploração comercial deste serviço já está privatizada. Públicos aqui só mesmo os investimentos e os prejuízos! Senão, vejamos:

1. A Metro do Porto conseguiu um significativo aumento de receitas da exploração (de 30,9 para 35,6) fruto de dois aumentos conjugados – o aumento de preços e um aumento de passageiros. Mas esse aumento é ainda insuficiente para fazer face ao que a Empresa Pública paga à concessionária privada por explorar a linha (sim, leram bem!) - valor que aumentou de 44 para 46,4 Milhões de Euros. Essa diferença, de 10,8 Milhões de Euros é coberta pela Indemnização Compensatória paga pelo Estado de 11,9 Milhões de Euros.
2. Mas como a Metro do Porto continua a pagar o investimento na construção da linha (este ano, num total de 45,9 Milhões), na conservação e reparação da linha (este ano de 6,5 Milhões) e o contrato de aquisição do Material Circulante (valor total de 109 Milhões de Euros já pago a 95%), os prejuízos não param de se avolumar.
3. Uma situação agravada pelo crescente pagamento de juros. Este ano, foram 136,6 Milhões de euros pagos só em juros! Um aumento de 47 milhões face ao pago em 2010.
4. E assim temos uma empresa pública com um resultado negativo de 397,2 Milhões de Euros, apesar do resultado das receitas de exploração (incluindo IC) serem positivos! Satisfeito só o operador privado que tirou lucros da exploração do Metro do Porto, à custa desta ser a Empresa Pública de Transportes mais deficitária (exactamente porque está parcialmente privatizada!)
5. Com a exploração comercial privatizada, a Metro do Porto tem um número reduzido de trabalhadores. Ainda assim, e no quadro da política de roubo nos salários dos trabalhadores do SEE, viu as suas despesas com pessoas baixar de 5,8 Milhões para 4,8 milhões. Este roubo de 1 milhão de euros aos trabalhadores comparados com os mais 47 milhões que pagou em juros aos banqueiros é o espelho da realidade nacional!